ESVAZIAMENTO DAS METRÓPOLES E FESTA DO INTERIOR?

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro[26]

Juciano Martins Rodrigues[27]

Érica Tavares da Silva[28]

A imprensa tem publicado com frequência notícias e dados que veiculam análises supostamente bem fundamentadas sobre o esvaziamento econômico e demográfico das metrópoles brasileiras. Munidos de números aparentemente válidos, jornalistas e acadêmicos têm destacado que a riqueza está se deslocando para o "interior" do Brasil, e com ela parte da população concentrada nas grandes cidades, formando territórios de abundância onde estaria até havendo mais oferta de empregos do que demanda. Verdadeira "festa do interior" formado pelas "cidades médias", ou seja, aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. A edição de 22 de maio de 2009 da revista *Época*, por exemplo, veiculou matéria especial sobre o futuro do Brasil, ressaltando este fato.

A leitura atenta da matéria revela com clareza que as conclusões estão fundadas em imprecisões estatísticas e conceituais. A principal diz respeito às definições do que são atualmente "espaços metropolitanos" e "não-metropolitanos", assim como cidades médias. Voltamos a evidenciar estes equívocos – uma vez que no Boletim do Observatório já publicamos artigo[29] e matéria do mesmo teor – porque a tese reedita antigo mito que permanece no imaginário intelectual e acadêmico, segundo o qual os nossos problemas metropolitanos poderiam ser resolvidos espontaneamente pelas livres forças do mercado atuando na desconcentração territorial da economia, em razão da perda da vitalidade das áreas metropolitanas. Pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles têm mostrado que, apesar de seus desequilíbrios, o nosso sistema urbano constitui importante ativo para o desenvolvimento nacional. Ele é composto por 37 grandes aglomerados urbanos onde residem aproximadamente 45% da população (76 milhões de pessoas) e se concentram 61% da renda nacional. Entre os 37 grandes aglomerados urbanos, temos 15 metrópoles[30], ou seja, aglomerados que apresentam características próprias das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na "economia em rede". Isto é: concentração populacional, capacidade de centralidade, grau de inserção na economia de serviços produtivos e poder de direção medido pela localização das sedes das 500 maiores empresas do país, pelo volume total das operações bancárias/financeiras e pela massa de rendimento mensal.

Os 15 espaços considerados metropolitanos têm enorme importância na concentração das forças produtivas nacionais. Eles centralizam 62% da capacidade tecnológica do país, medida pelo número de patentes, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudos e valor bruto da transformação industrial (VTI) das empresas que inovam em produtos e processos. Nestas 15 metrópoles estão concentrados também 55% do valor de transformação industrial das empresas que exportam.

As imprecisões da matéria da *Época* começam com a afirmação de que no ano de 2000, 70 milhões de brasileiros se concentravam em 22 regiões metropolitanas. Isso está correto, se pensarmos que estamos falando daquelas que eram as oficiais no momento do censo. Ressalta-se também as cidades de 100 mil a 500 mil habitantes longe das capitais como o destino da classe média, que sonha em conseguir trabalho em cidades que aliam bons empregos e qualidade de vida. Logo, a matéria traz a opinião de um especialista, Alberto Eichman Jakob, do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, que afirma: "Em Campinas e Santos vêm sendo lançados condomínios de luxo para o público de alta renda de São Paulo". Embora não haja uma conclusão do jornalista sobre tal opinião, subentende-se que ele usou essa citação como exemplo desse processo de migração das classes médias e altas para as "cidades médias". Há algumas ressalvas a serem feitas. Primeiro, Campinas é núcleo de uma região metropolitana

[26] Luiz César Queiroz Ribeiro é professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, Pesquisador IA do CNPq e coordenador do Observatório das Metrópoles/Instituto do Milênio-CNPq.

[27] Juciano Martins Rodrigues é doutorando em Urbanismo no PROUR/UFRJ e Pesquisador Assistente do Observatório das Metrópoles.

[28] Érica Tavares da Silva é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ e Pesquisadora Assistente do Observatório das Metrópoles.

[29] RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. "Decadência das Metrópoles e Paraíso das Cidades Médias?". Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br /artigo_23_07_08.pdf>.

[30] Entendida também como aglomerações urbanas organizadas a partir de uma cidade principal que se destaca pelo tamanho populacional e econômico, pelo desempenho de funções complexas e diversificadas e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana. Neste sentido consideramos espaços efetivamente metropolitanos as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Goiânia, Brasília (RIDE), Belém, Fortaleza, Salvador, Campinas, Recife, Vitória e Manaus. Para maiores detalhes ver: Moura, R, Delgado, P, Deschamps, M.V, Castello Branco, M.L. (2007). O Metropolitano no Urbano Brasileiro: Identificação e Fronteiras. In: Ribeiro. L.C.Q, Santos, O. A. As Metrópoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro, Revan/Observatório das Metrópoles.

oficial[31]. Para o Observatório das Metrópoles, Campinas é uma metrópole, um grande espaço urbano com funções metropolitanas. Também Santos (a cidade) é o núcleo de outra região metropolitana oficial, a região metropolitana da Baixada Santista, que em 2000 atingiu a marca de 1,4 milhão de habitantes em nove municípios. Neste sentido, o especialista está falando de espaços metropolitanos, exemplo que não configuraria uma "interiorização" da população. A matéria da revista *Época* ainda traz a opinião de Demétrio Magnoli, afirmando que: "O principal crescimento populacional acontece hoje nas cidades médias, em todas as regiões do país" e que "O grande atrator não é mais a metrópole. Tanto as capitais quanto as cidades pequenas estão perdendo gente para as médias".

Levantamentos baseados nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e na Contagem Populacional de 2007 nos mostram um cenário bem diferente do que vem sendo exposto. São as Metrópoles, ao contrário das cidades médias, que continuam crescendo mais que o restante do país. Na década de 1990, a população das metrópoles aumentou em 19,5% e seu incremento populacional representou 45% do incremento populacional brasileiro, enquanto que entre 2000 e 2007 o crescimento foi da ordem de 10,7%, mas representando 48,8% do crescimento populacional de todo o país.

Ao mesmo tempo, verificamos que, nos últimos 20 anos, os municípios das periferias metropolitanas foram os que mais cresceram no Brasil em termos populacionais. Entre 1991 e 2000 a população desses municípios aumentou em 6.285.775 de pessoas, o que representa, numa dimensão relativa, 29,7% de crescimento. Enquanto isso, o aumento da população dos núcleos metropolitanos foi de 12,8%, o que representa pouco mais de 4 milhões de pessoas. Um aumento relativo desta envergadura só é registrado para os municípios com até 10 mil habitantes (28,7%), o conjunto destes municípios teve um aumento absoluto de pouco mais de 3 milhões de habitantes.

É preciso relativizar os espaços na metrópole e, para isso, distinguimos os núcleos e os demais municípios em termos dos níveis de integração à metrópole[32]. O incremento populacional nos municípios das periferias metropolitanas representa 27,3% de todo o incremento da população brasileira na década de 1990; já o incremento entre 2000 e 2007, que foi de aproximadamente 3,6 milhões de habitantes, representou 26,1% de todo o incremento populacional do país. Portanto, a periferia das metrópoles apresentou maior percentual de crescimento e maior contribuição para o incremento nos dois períodos considerados, além de maior taxa de crescimento, especialmente se considerarmos os municípios com maior integração.

[31] Instituída através da Lei complementar estadual 870 de 19/06/2000.

[32] OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005. 118 p. Disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf.

Tabela 1
População, incremento populacional, taxa de crescimento e PIB, segundo o tipo de município – vários anos

Tipo de Município	População			Incremento				Contribuição para o incremento		Taxa de Crescimento		PIB (em milhões)				
	1991	2000	2007	91-00	Aum. (%)	00-07	Aum. (%)	91-00	00-07	91-00	00-07	PIB 2000	(%)	PIB 2005	(%)	Aum. (%)
Pólos Metropolitanos	**31.856.136**	**35.921.588**	**39.074.879**	**4.065.452**	**12,8**	**3.153.291**	**8,8**	**17,7**	**22,6**	**1,3**	**1,2**	336,0	**30,5**	449,2	**33,2**	**33,7**
Muito Alta	13.013.217	16.769.964	18.825.094	3.756.747	28,9	2.055.130	12,3	16,3	14,7	2,9	1,7	131,7	12,0	153,7	11,4	16,7
Alta	4.396.820	5.852.525	6.888.248	1.455.705	33,1	1.035.723	17,7	6,3	7,4	3,2	2,4	58,4	5,3	74,8	5,5	28,1
Média	2.229.736	3.025.424	3.418.501	795.688	35,7	393.077	13,0	3,5	2,8	3,4	1,8	32,0	2,9	32,3	2,4	0,9
Baixa	1.077.331	1.325.143	1.461.353	247.812	23,0	136.210	10,3	1,1	1,0	2,3	1,4	6,2	0,6	7,4	0,6	20,9
Muito Baixa	432.247	462.070	487.364	29.823	6,9	25.294	5,5	0,1	0,2	0,7	0,8	2,2	0,2	2,7	0,2	23,4
Periferia Metropolitana	**21.149.351**	**27.435.126**	**31.080.560**	**6.285.775**	**29,7**	**3.645.434**	**13,3**	**27,3**	**26,1**	2,9	1,8	230,5	20,9	271,0	20,1	17,6
Metrópoles	**53.005.487**	**63.356.714**	**70.155.439**	**10.351.227**	**19,5**	**6.798.725**	**10,7**	**45,0**	**48,8**	2,0	1,5	566,5	51,4	720,1	53,3	27,1
até 10 mil	10.517.949	13.538.921	14.103.995	3.020.972	28,7	565.074	4,2	13,1	4,1	2,8	0,6	58,0	5,3	63,1	4,7	8,9
> 10 mil até 20 mil	17.241.570	18.907.276	19.750.054	1.665.706	9,7	842.778	4,5	7,2	6,0	1,0	0,6	70,9	6,4	83,8	6,2	18,1
> 20 mil até 50 mil	25.138.599	26.786.306	28.175.190	1.647.707	6,6	1.388.884	5,2	7,2	10,0	0,7	0,7	105,9	9,6	123,4	9,1	16,6
> 50 mil até 100 mil	15.389.601	17.015.977	18.234.719	1.626.376	10,6	1.218.742	7,2	7,1	8,7	1,1	1,0	83,3	7,6	102,0	7,5	22,4
> 100 mil até 500 mil	21.328.085	25.003.824	27.538.702	3.675.739	17,2	2.534.878	10,1	16,0	18,2	1,8	1,4	178,5	16,2	215,4	15,9	20,7
> 500 mil	4.194.524	5.190.152	5.784.439	995.628	23,7	594.287	11,5	4,3	4,3	2,4	1,6	38,2	3,5	43,5	3,2	13,9
Total	**146.815.815**	**169.799.170**	**183.742.538**	**22.983.355**	**15,7**	**13.943.368**	**8,2**	**100,0**	**100,0**	**1,6**	**1,1**	**1.101,3**	**100,0**	**1.351,3**	**100,0**	**22,7**

Fonte: Censos Demográficos IBGE e IPEADATA.

Os dados acima mostram que há diferentes abordagens quando se pensa em "perdas populacionais" nas regiões metropolitanas. Os núcleos metropolitanos, apesar de apresentarem maior incremento populacional, evidenciam menor percentual de crescimento – cresceram 12,8% de 1991 a 2000 e 8,8% de 2000 a 2007. Entretanto, as periferias metropolitanas cresceram mais que os outros espaços não-metropolitanos, inclusive aqueles comumente referidos às cidades médias. Aqueles municípios mais integrados à dinâmica metropolitana, especialmente aqueles com nível alto e médio de integração, apresentam percentual de crescimento ainda maior do que o total da própria periferia – acima de 30% de crescimento de 1991 a 2000.

Como uma contrapartida da distribuição da riqueza, achamos interessante também uma comparação a respeito do PIB segundo esta classificação de municípios. Em números absolutos, certamente a grandeza do PIB nas áreas metropolitanas ainda é considerável, mas se pensarmos na metrópole com seus municípios desagrupados segundo nível de integração também encontramos algumas diferenças, especialmente em termos relativos. Em 2000, 51,4% do PIB brasileiro concentrava-se nas metrópoles, e em 2005 essa participação aumenta para 53,3%. O núcleo metropolitano ainda concentra a maior parte do PIB, mais de 30%, seguido dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, com mais de 15% de participação nos dois anos, e em seguida a fatia maior também é dos municípios da periferia metropolitana com integração muito alta à dinâmica metropolitana. De 2000 a 2005, analisando o aumento em termos percentuais, o PIB das áreas metropolitanas aumentou 27% (com maior aumento no núcleo, seguido dos municípios de alta integração); já entre o PIB dos demais municípios não-metropolitanos, os que mais cresceram foram aqueles com população entre 50 mil e 100 mil e aqueles com 100 mil a 500 mil habitantes – pouco mais de 20%. Ou seja, apesar do núcleo metropolitano estar com ritmo de dinâmica populacional mais inferior a outros espaços, o PIB ainda é maior nestes espaços. As cidades médias parecem estar destacando-se, entretanto, em termos de contribuição para o incremento da população, aparecem depois da periferia das metrópoles; e em termos de PIB depois do núcleo metropolitano (considerando ainda de forma desagregada os municípios metropolitanos).

Portanto, o que temos evidenciado nos dados apresentados acima, com base nos dados populacionais originados dos levantamentos do IBGE, é que as metrópoles continuam crescendo, mais que isso, as periferias das metrópoles crescem mais que o resto do país, inclusive em relação às chamadas cidades médias. Na dinâmica intrametropolitana, por exemplo, a periferia da própria metrópole apresenta saldo migratório bastante positivo em relação ao núcleo, abrangendo a maior parte desta emigração. Neste sentido, é importante uma abordagem que diferencie os espaços metropolitanos tanto interna quanto externamente, pois, ao mesmo tempo, vale ressaltar que essa periferia é bastante diversa, reunindo municípios diferentes no que tange ao tamanho populacional, ao nível social e, principalmente, ao nível de integração ao núcleo metropolitano, como mostramos.

É certo que estamos em meio a um processo e que desdobramentos e refinamentos em termos de pesquisa são relevantes tanto no que se refere à dinâmica demográfica quanto no que tange à distribuição da riqueza. Também é certo que alguns cuidados são necessários, onde a clássica oposição centro-periferia ou metrópole-interior também precisa ser analisada relativa e cautelosamente. Além disso, a definição de categorias de análise mais precisas é fundamental, principalmente em um momento em que se discuti uma política nacional de planejamento urbano regional[33].

Para além de uma dinâmica demográfica, é importante ressaltar questões mais profundas que fundamentam a reflexão. Temos, assim, um sistema urbano que pode ser considerado importante ativo para um projeto de desenvolvimento nacional, frente às novas tendências de transformação do capitalismo. Estudos mostram que as metrópoles onde prevalecem menores índices de dualização e de polarização do tecido social são as que têm levado vantagens na competição pela atração dos fluxos econômicos, ou seja, as que recusaram a lógica da competição buscando oferecer apenas governos locais empreendedores e as virtudes da mercantilização da cidade. O nosso desafio está na construção de um sistema de planejamento e gestão das nossas metrópoles que permitam o enfretamento dos passivos sociais e ambientais acumulados como consequência de longos períodos de *laissez faire* e possa aproveitar os ativos concentrados nestes espaços para alavancar o desenvolvimento nacional duradouro e sustentável. As metrópoles devem, portanto, constituir-se em meios sociais capazes de promover a inovação, a confiança e a coesão social, tornando-se veículos da junção entre Estado e Nação. Por esta razão torna-se importante recolar as idéias no lugar e desfazer o mito do nosso interior como salvação nacional.

[33] Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei de autoria do deputado federal Walter Feldman, que cria o Estatuto das Metrópoles, e pretende estabelecer diretrizes para a execução da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e instituir um Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas.